

# escola **i**nformação

N.º 311 | ABRIL/MAIO 2025 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

## *Damos rosto ao Futuro*



**APROFUNDAR A LUTA  
EM DEFESA DA DEMOCRACIA  
E DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

**Pág. 5**

**FENPROF:  
15.º CONGRESSO NACIONAL  
DOS PROFESSORES**

**Pág. 8**

**CADERNO:  
EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

**Pág. 26**

## sumário

# 4

### escola em movimento

Eleições Legislativas | pp. 4 - 5

Vários | p. 6

IGEC dá razão ao SPGL e à FENPROF | p. 7

# 8

### 15.º Congresso Nacional dos Professores (FENPROF)

# 22

### cidadania

Viva o 25 de Abril! Viva o 1.º de Maio! | pp. 22-23

Perguntas com resposta | legislação | p. 24

Consultório jurídico | p. 25

# 26

### caderno

Encontro Nacional de Educação Inclusiva | p. 27

Educação Inclusiva — Percurso histórico | p. 28

Entrevista a Joaquim Colôa | p. 30

Docentes de Educação Especial (DEE) | p. 33

Para quando uma educação inclusiva? | p. 35

# 36

### breves

Breves | p. 36

Espaço ABC | p. 38

Sugestão | p. 39



### ficha técnica

**Diretor** José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra  
**Conselho de Redação** Anabela Távares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha  
**Capa:** D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez  
**Impressão** Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.000  
**Depósito legal** 9157/85 ICS 109893

**Fotografia de Capa** Beatriz Bastos, Professora e a mais jovem delegada do SPGL ao 15.º Congresso da FENPROF





# Os professores têm uma responsabilidade fundamental no combate ao populismo, ao ódio e à discriminação

«A história repete-se sempre, pelo menos duas vezes», disse Hegel. De facto, nada pode ser dado por garantido e mesmo em democracias consolidadas, o perigo espreita sempre.

Este perigo alimenta-se da frustração, da miséria, da expectativa de momentos piores no futuro, da raiva, da impaciência, do sentimento de desamparo. Estes são os terrenos férteis para a sua ascensão.

Este perigo chama-se extrema-direita e mina a democracia, colocando-a em risco, é esta a sua génese. Ganha força pela aceitação social que a normaliza, a desculpa de comportamentos inaceitáveis, de posições intoleráveis, de promessas que não são cumpridas, do arrastamento e do agravamento de problemas.

Depois começa, paulatinamente, a instalar-se o controlo do aparelho de estado, o ataque aos partidos, aos sindicatos, o ataque à lei da greve, como, por exemplo agora na Argentina de Milei.

Defender a democracia exige, por isso, uma firme convicção, mas também ações e políticas que resolvam problemas concretos.

Os professores, pelo relevante papel social que desempenham, têm uma responsabilidade fundamental neste processo de combate ao populismo, ao ódio e à discriminação.

Foi desta forma que centenas de delegados se expressaram, aprovando uma moção no 15.º Congresso Nacional de Professores, realizado em Lisboa nos dias 16 e 17 de maio, na qual se destacava: «A FENPROF tem como um dos seus princípios

basilares a defesa da liberdade e da democracia, também através da Educação, considerando que os docentes, no exercício da sua profissão, deverão assumir os valores que lhes estão inerentes.»

Coube ao SPGL receber o 15.º Congresso, num momento em que se aguardava uma clarificação da situação política.

No entanto, como foi afirmado a poucas semanas da realização deste seu décimo quinto Congresso, a FENPROF, não fará depender a sua ação, nem alterará os seus objetivos reivindicativos em função do governo e da maioria parlamentar que resultar das eleições.

Por isso, a FENPROF que saiu do Congresso, com uma nova direção, continuará a ser a mesma Federação que tem como objetivo central do seu processo reivindicativo a luta, por uma profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade. Estaremos neste projeto sempre empenhadamente com os professores, pois todos sabemos que o êxito da nossa ação reivindicativa está fortemente ligado à atividade que for desenvolvida pela FENPROF e pelos seus Sindicatos nas escolas.

No primeiro contacto com a equipa que vier a tutelar a Educação e a Ciência, apresentaremos o caderno reivindicativo aprovado no Congresso, afirmando que estamos disponíveis para uma efetiva negociação. Todavia, se tal não vier a acontecer, afirmaremos a disponibilidade dos professores para a ação e para a luta. ●

Eleições Legislativas 2025

# A ação nunca poderá ficar condicionada aos resultados eleitorais



Antônio Anes | Vice-Presidente SPGL

No período que antecedeu as eleições legislativas, a FENPROF, uma vez mais, levou a professores, educadores e investigadores esclarecimentos, com o intuito de promover a sua participação no ato eleitoral e contribuir, assim, para o combate à abstenção, e para uma participação esclarecida e consciente.

Nesse sentido pediu reuniões com os partidos políticos e enviou um questionário sobre assuntos que são da maior importância para os professores sobre políticas para a Educação das quais destaco: propor que o orçamento de Estado deveria progressivamente, atingir os 6% do PIB; combater a falta de professores e valorizar a profissão com uma verdadeira revisão do ECD, com encurtamento da sua carreira e valorização de todos os escalões e permitir que todos os docentes que perderam tempo de serviço, mas já não puderam recuperar possam vir ser compensados no cálculo (recálculo para quem, entretanto, se aposentou) da respetiva pensão de aposentação; combater a precariedade com a vinculação de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço; manter os concursos para colocação de professores, por norma, nacionais e obedecer ao critério da graduação profissional; ser aprovado um regime específico de aposentação para atenuar o desgaste, físico e psicológico que resulta do exercício continuado da profissão docente; exigir que os horários de trabalho nunca ultrapassem as 35 horas legais, em que toda a atividade do-

cente desenvolvida diretamente com alunos integre a componente letiva, as reuniões a que o docente está obrigado sejam parte da componente não letiva de estabelecimento e as reduções previstas no artigo 79.º do ECD revertam para a componente não letiva de trabalho individual; defender uma gestão democrática das escolas e rever os mega agrupamentos; apostar numa verdadeira educação inclusiva; analisar o papel dos exames na avaliação dos alunos e terminar com a perversidade dos rankings de escolas que mais não são do que um instrumento de denegrir as escolas públicas e promover os colégios privados...

E não, senhor ex-ministro da educação Fernando Alexandre, a agenda da FENPROF não é de nenhum partido político e não está condicionada à próxima equipa ministerial. A agenda da FENPROF foi estabelecida antes do ato eleitoral e que por feliz coincidência foi discutida e aprovada no 15.º Congresso da FENPROF, também antes das eleições. Nele foram aprovados dois documentos: o programa de ação para o triénio 2025-2028 e a resolução da ação reivindicativa para uma ação mais imediata. A agenda da FENPROF está, isso sim, comprometida, com o interesse da Escola Pública e dos professores e investigadores.●

Eleições Legislativas 2025

# Aprofundar a luta em defesa da democracia e do direito à educação



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

**A**s eleições ocorreram num quadro particularmente complexo e imprevisível, quer no plano internacional quer no plano nacional, persistindo uma governação que não deu respostas aos problemas dos trabalhadores, aprofundando o ataque aos serviços públicos e abrindo caminhos de retrocesso nos direitos sociais. Como o SPGL e a FENPROF referiram, se a queda do governo impediu a concretização de medidas gravosas do seu programa, mantém-se e agrava-se a necessidade de alerta e disponibilidade para a luta, combatendo a substituição da graduação profissional por critérios carregados de subjetividade na colocação de professores, a profissionalização da gestão escolar, o aprofundamento do processo da municipalização, a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, com a redução do papel do Estado a mero regulador do sistema educativo e facilitando a privatização na educação. Os resultados destas eleições exigem esclarecimento e luta em defesa não só das funções sociais do Estado e dos ser-

viços públicos, mas da própria Democracia. Resistindo e mantendo a defesa intransigente dos legítimos direitos dos docentes e dos investigadores e da Escola Pública, conquista fundamental de Abril. Se as ações e iniciativas previstas não dependiam dos resultados eleitorais, o quadro atual coloca uma maior importância e prioridade na sua concretização.

Mais uma vez, reafirmamos que a falta de professores continua a agravar-se e que só se resolve verdadeiramente com a valorização da profissão docente como medida estruturante. Assim, a revisão do Estatuto da Carreira Docente será a prioridade junto do próximo governo. Neste quadro político reconhecidamente complexo, torna-se ainda mais relevante a ação centrada nos problemas concretos dos docentes e da Escola Pública, dos investigadores e da ciência, com a apresentação de propostas e luta que permitam a valorização profissional e o investimento na Escola Pública.

Por isso, é necessário aprofundar a luta, defender a democracia e cumprir o direito à educação! ●



## 1.º Ciclo

# A Escola Pública e a Monodocência

Dulce Arrojado | Dirigente sindical - 1.º CEB

As funções dos professores do 1.º CEB, em monodocência, revestem-se de uma complexidade que, a par das exigências que lhes são impostas, tornam-se ainda mais desafiadoras num contexto marcado pelo envelhecimento do corpo docente, pela falta de professores e pela falta de respostas da tutela, provocando um desgaste acrescido que os tem levado à exaustão. A política dos sucessivos governos tem acumulado os problemas em vez de os resolver. Os docentes do 1.º CEB exigem melhores condições de trabalho, como por exemplo, reduzir a sua componente letiva para as 22h; reduzir a componente letiva por antiguidade, nos mesmos termos dos restantes professores dos outros ciclos; equiparação do cargo de titular de turma a diretor de turma com a correspondente redução de 2 horas para o efeito; aplicação do mesmo calendário escolar dos 2.º e 3.º CEB; inclusão de um docente do 1.º CEB nas equipas diretivas; redução do número de alunos por turma; consideração de todo o trabalho com alunos como componente letiva; criação de regime específico de aposentação para docentes aos 36 anos de serviço ou extinção do atual modelo AEC, substituindo-o por atividades lúdicas de ocupação de tempos livres, em horário pós-letivo. ●

## E. Superior e Investigação

### A luta continua

André Levy | Dirigente sindical - DESI

Na Resolução sobre a Acção Reivindicativa aprovada no 15.º Congresso da FENPROF apontam-se os principais objectivos para o Ensino Superior e Investigação (ESI), que se podem resumir como o combate à precariedade dos docentes e investigadores; a valorização das carreiras nos sistemas público e

privado; a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), com o reforço do carácter público, da autonomia, da gestão democrática e colegialidade das instituições; e um reforço do montante e previsibilidade de financiamento público no ESI, pondo cobro à situação de crónico subfinanciamento deste sector. Os resultados das recentes eleições legislativas originaram um quadro parlamentar complexo e ainda mais adverso ao prosseguimento destes objectivos, não sendo de prever grandes alterações no programa ou modo de funcionamento do anterior governo. O SPGL, no quadro da FENPROF, manterá a sua disponibilidade para uma discussão construtiva em torno dos principais dossiers, e continuará a sua missão de esclarecimento, organização e mobilização dos docentes e investigadores na luta para alcançar os objectivos de uma VALORIZAÇÃO, JÁ! ●

## Provas ModA:

Como o SPGL/FENPROF previram, as provas ModA, a decorrer entre 19 de maio e 6 de junho, são fator de forte perturbação no funcionamento das escolas onde são aplicadas: além de acrescentarem aos docentes uma enorme sobrecarga de trabalho, que, como é sabido, já se sujeitam a horários que ultrapassam, em muito, os limites legalmente estabelecidos, obrigam à suspensão de muitas atividades, incluindo letivas, para garantir a sua realização. Sobre toda a desorganização que as provas ModA introduziram nas escolas, vem agora o MECI informar as escolas de que as aulas não dadas devido à realização das provas terão de ser compensadas, o que poderá implicar, em muitas escolas, o prolongamento do ano letivo para além do limite previsto no calendário escolar e a eventual sobreposição de serviço letivo, correção de provas, conselhos de turma e serviço de exames. O MECI prepara-se, assim, para introduzir ainda mais perturbação e imprevisibilidade no funcionamento das escolas, não só sobrecarregando os

docentes neste final de ano letivo, mas também tendo impacto na atividade não letiva agendada nas escolas, designadamente reuniões de avaliação final, cujo adiamento poderá interferir nas férias de alguns docentes. O SPGL e a FENPROF contestam, também, o prolongamento forçado das aulas para os alunos que considera contraindicado. Esta forma de atuar, com remendo sobre remendo e sem qualquer auscultação aos envolvidos no processo, denota a falta de preocupação da tutela na construção de um projeto consistente de funcionamento da Escola Pública e a falta de respeito pelos docentes e demais trabalhadores. ●

## CGA

O próximo governo e a Assembleia da República que o sustentará terão de resolver politicamente o problema da manutenção da inscrição na CGA dos trabalhadores da Administração Pública, com vínculo contratual com o Estado antes de 1 de janeiro de 2006, adensado pelo imbróglgio jurídico criado pela Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. A FENPROF, que nunca desistiu da resolução deste problema, informa que neste momento estão pendentes no Tribunal Constitucional 11 recursos que versam sobre a aplicação da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. As decisões que o TC vai proferir apenas produzirão efeitos individuais e concretos nos processos objeto de recurso. No entanto, perante três juízos concretos de inconstitucionalidade, o plenário deste Tribunal deverá depois apreciar e declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma, o que, a acontecer, determinará a sua exclusão da ordem jurídica e a destruição dos seus efeitos passados, impondo-se tal decisão a todas as autoridades públicas. Independentemente das curvas e contracurvas destes processos em Tribunal, a resolução do problema fica garantida no dia em que seja assumido que todos os trabalhadores que, antes de 1 de janeiro de 2006, tinham vínculo com o Estado, têm direito a manter a sua inscrição na CGA. ●

IGEC dá razão ao SPGL e à FENPROF

# Técnicos das AAAF/CAF não podem substituir docentes em greve



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

A Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) deu razão à FENPROF na questão da substituição indevida de docentes em greve por técnicos das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF).

**U**ma vitória pelo respeito à greve e pela dignidade profissional das/os educadoras/es e professoras/es.

Trata-se de uma vitória inequívoca dos professores, da ação sindical e da defesa da legalidade democrática, coroando meses de denúncias, insistência e trabalho articulado entre a FENPROF e os seus sindicatos.

O SPGL esteve desde o início na linha da frente desta luta. Fazendo denúncias e solicitando pedidos de esclarecimentos, desde outubro de 2019, quando começaram a surgir situações em que técnicos das AAAF/CAF eram mobilizados para assegurar o funcionamento das salas em dias de greve, substituindo educadoras/es e professoras/es ausentes, tentando esvaziar, desta forma, o efeito do protesto destes docentes. O sindicato alertou de imediato para a ilegalidade dessa prática, que não só desrespeitava o direito constitucional à greve, como distorcia as funções dos técnicos, conferindo-lhes responsabilidades educativas que não lhes cabem.

A resposta agora emitida pela IGEC é clara e reforça a posição sempre defendida pelo SPGL e pela FENPROF:

“A substituição de educadores de infância em greve por técnicos das AAAF ou da CAF não é admissível”, sublinha a IGEC, reconhecendo que tal prática esvazia os efeitos da greve e constitui uma violação dos direitos dos traba-

lhadores, consagrados no artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa. A IGEC distingue com precisão o papel das AAAF e da CAF, reconhecendo a sua importância no apoio às famílias, mas afirmando que essas atividades não são educativas nem podem substituir as atividades letivas e pedagógicas asseguradas por docentes.

A decisão da IGEC tem consequências relevantes:

- Confirma a ilegalidade da substituição de docentes grevistas por técnicos das AAAF/CAF, ainda que estes já se encontrem ao serviço;
- Impõe às direções escolares, autarquias e IPSS uma conduta jurídica responsável e eticamente correta;
- Reforça o papel dos sindicatos que, como o SPGL, atuaram preventivamente, defendendo o direito à greve e denunciando abusos.

O SPGL sublinha que esta vitória resulta da ação determinada do movimento sindical docente, que não hesitou em intervir atempadamente e em exigir o cumprimento da lei.

Com esta posição da IGEC, fica claramente estabelecido que o direito à greve não pode ser neutralizado por mecanismos de substituição direta ou indireta. A greve só cumpre o seu papel se os seus efeitos forem respeitados.

O SPGL continuará atento e atuante, exigindo o cumprimento desta orientação e reafirmando que a defesa da Escola Pública passa também pela defesa dos direitos de quem nela trabalha.●



## 15.º CONGRESSO NACIONAL DOS PROFESSORES (FENPROF)

No dias 16 e 17 de maio de 2025, teve lugar no Fórum Lisboa, o 15.º Congresso Nacional dos Professores, com a participação de mais de 600 delegados de todos os distritos do país e regiões autónomas, bem como do estrangeiro, a maior parte diretamente eleitos nas escolas, representando todos os níveis de educação e ensino e investigadores científicos.

O órgão deliberativo máximo da Federação Nacional dos Professores avaliou o último triénio para a Educação e para a Ciência e perspetivou aquela que deve ser a intervenção da maior e mais representativa organização sindical docente portuguesa.

## Sessão de abertura

Intervenções completas



### Saudação do Presidente do SPGL, José F. Costa



// Camaradas, o congresso é órgão máximo da nossa federação e é sempre um momento importante na vida da FENPROF. Os trabalhos preparatórios que antecedem este momento, implicam sempre o envolvimento de dezenas de dirigentes, de delegados, de ativistas sindicais que, nas suas escolas, dinamizam por todo o país centenas de reuniões preparatórias para eleição de delegados e que, com a envolvimento de muitos docentes, promovem a discussão alargada dos textos que são analisados discutidos e aprovados neste congresso. Homens e mulheres que pelo seu envolvimento são imprescindíveis para o sucesso deste evento. //

### Mensagem do Presidente da República



// Se há realidade, tal como a saúde, que é crucial na vida de qualquer Estado, qualquer comunidade, qualquer sociedade, é a educação. É fundamental estar-se vivo. É fundamental dispor-se de condições de saúde. Mas logo a seguir, ou em cumulação, é fundamental a educação. É o que faz a diferença entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, as sociedades mais desenvolvidas e as sociedades menos desenvolvidas, as mais dinâmicas e as menos dinâmicas, as mais viradas para o futuro e as que vivem sobretudo na inércia do passado. //

### Embaixadora da Palestina em Portugal, Rawan Sulaiman



// A morte dos palestinianos tornou-se tão normalizada que somos mencionados apenas em números. Os nossos filhos estão a escrever os seus nomes nos seus corpos para serem identificados quando morrerem. Grave devastação e destruição de propriedades e infraestruturas em toda a Palestina. Desde outubro de 2023, Israel, a potência ocupante, matou milhares de estudantes, professores e funcionários universitários palestinianos. Muitos dos que conseguiram sobreviver ficaram feridos ou terão de viver o resto da vida com deficiências, incluindo doenças psicológicas. Mais de 1.200 postos de controlo ilegais foram montados em diferentes cidades da Palestina, em particular em Jenin, Nablus e Tulkarem, para garantir que os estudantes palestinianos não têm acesso às suas escolas e universidades. //

### Secretário-Geral da IE, Davis Edwards



// Hoy es necesario mirar ese legado [da FENPROF] y vencer el miedo. Nos encontramos en un momento donde la educación pública está siendo atacada en muchas partes del mundo. Gobiernos como el de Estados Unidos, están atacando el derecho a la educación. Con amenazas y medidas anti-democráticas quieren que los y las docentes dejen atrás sus valores de inclusión, igualdad y diversidad y su compromiso con los y las estudiantes más vulnerables. Están imponiendo políticas que debilitan los derechos laborales, a favor de una oligarquía que busca concentrar el poder y la riqueza en manos de unos pocos. En este capitalismo sin compasión, y sus políticas de odio y discriminación, caen trabajadores y familias migrantes arrestados sin cargos, y expulsados sin la decencia de un proceso legal. //



## Intervenção de Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF (2007-2025)

“ (...) É, pois, difamatório o discurso detratador da escola, designadamente da Escola Pública, e do empenho dos seus profissionais, acusando-os de passar o tempo em lutas, prejudicando as aprendizagens dos alunos. Lutam, é verdade, mas lutam porque sabem que a desvalorização da profissão está na origem da falta de professores e essa é que prejudica as aprendizagens. Desde 2007 houve momentos elevadíssimos de luta com resultados positivos que nos orgulham:

- Em 2008 foram as primeiras grandes manifestações, com mais de cem mil docentes, de que resultou o fim da divisão da carreira em categorias;
- Em 2013 foi a prolongada greve às avaliações de final de ano que só terminou quando o governo desistiu de, alterando horários de trabalho, transferir mais de cinco mil docentes dos quadros para a já referida “requalificação”;
- Em 2023 foram as maiores greves e manifestações de sempre, inicialmente

de âmbito distrital, culminando, em 11 de fevereiro, com a maior Manifestação Nacional de Professores e Educadores realizada em Portugal, que juntou mais de 150.000 pessoas na rua, tornando inevitável a recuperação do tempo de serviço, o que veio a acontecer, embora, ainda, com insuficiências. Estas serão resolvidas com o prosseguimento da luta porque é a luta que determina os avanços.

Houve outras lutas não menos importantes, umas só nossas e outras também em convergência: acampamento junto ao ministério; caravanas, como as que percorreram o IP3 ou a EN 2; concentrações em dias de reuniões no ministério, junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro ou na Assembleia da República no dia e hora da aprovação de orçamentos do Estado; ações de rua em cada 5 de outubro, comemorando o Dia Mundial do Professor; plenários nacionais; cordões humanos, como o que transportou uma faixa de 1500

metros com fotografias de professores; abaixo-assinados, petições ou conferências de imprensa (recordo a dos mirtilos em que se demonstraram as injustiças existentes na progressão na carreira...); esperas a governantes... e nunca faltámos às lutas mais gerais, no âmbito da Frente Comum e da CGTP. Os docentes têm lutado muito, é verdade, mas nunca se despersonalizaram e cumpriram, zelosa e escrupulosamente, a sua função educadora e formadora. Esse foi e continuará a ser o grande exemplo e trunfo dos professores portugueses. A nossa luta é e será sempre por melhor escola, melhor educação e gerações de jovens melhor qualificadas, tornando-se, assim, uma luta de toda a sociedade.

Uma luta que irá continuar, pois a desvalorização da profissão levou quinze mil jovens a abandoná-la, só nos últimos 6 anos. (...) //

## Intervenções de Delegados do SPGL

Intervenções completas



### E. Superior e Investigação Tiago Dias

«A minha intervenção é sobre o ensino superior e a investigação científica, um setor que nos últimos anos ganhou ainda maior visibilidade na luta sindical, face à gravidade dos problemas que enfrenta e que, em grande medida, não diferem muito dos que afetam os vossos níveis de ensino. É exatamente isso que quero sublinhar: mais do que diferenças, é uma realidade comum que nos liga, ainda que por vezes a vejamos a partir de ângulos diferentes. E é por isso que a nossa luta é uma só! Para se compreender melhor, vou desenvolver a minha intervenção em torno de três pontos centrais: a valorização das carreiras docentes e de investigação, a necessidade de uma gestão democrática nas instituições de ensino superior e de ciência, e o financiamento do sistema científico e tecnológico nacional.»



### Aposentados Helena Gonçalves

«Todos os anos aposentam-se milhares de professores (número que tem vindo sempre a aumentar). Ao longo da nossa vida de trabalho intenso, porque ser docente é dar tudo em todos os momentos, fomos acumulando experiências ímpares que vão desde a concretização do velho sonho da criação de um movimento sindical docente que afirmasse e defendesse a nossa identidade, combatividade e unidade, à construção de uma escola para todos, demo-

crática e inclusiva. Muitos de nós, ainda viveram, no ativo, os retrocessos produzidos na Escola e os atentados à carreira docente pela prática de políticas que não têm em conta o valor estratégico do investimento na educação. Somos portadores de um património imaterial único, que deve ser transmitido às novas gerações de professores. Os sindicatos precisam de nós e nós precisamos de continuar, coletivamente, a lutar por uma profissão digna e uma aposentação com direitos.»



### EPC, IPSS e Misericórdias Pedro Nunes

«Conforme no ensino público, a FENPROF continuará a lutar com determinação pela valorização da profissão e reconhecimento do papel fundamental de todos os docentes do EPC, das IPSS e Misericórdias. Todos somos professores e educadores, independentemente de o vínculo contratual ser público ou privado.»



### 2.º, 3.º CEB e Ens. Sec. Adolfo Torres

«A intervenção sindical é uma forma de afirmar Abril! No pleno exercício democrático, Delegados e Dirigentes Sindicais, eleitos pelos seus pares, concretizam um dos direitos da Constituição da República Portuguesa. Este direito, levado a cada escola, a cada sala de professores, em defesa do direito à atividade sindical, mas também em defesa da Escola Pública! Em defesa do direito à Educação!»



### Educação Especial Ana Cristina Gouveia

«É tempo de agir: reivindicamos a clarificação do papel do professor de educação especial, melhores condições de trabalho, assistentes operacionais com formação especializada e a presença efetiva de profissionais da saúde nas equipas multidisciplinares – enfermeiros, médicos, psicólogos clínicos. Só assim garantiremos uma escola verdadeiramente inclusiva, onde os alunos com autismo, multideficiência ou doenças graves tenham acesso a uma educação digna e humanizada.»



### EPC, IPSS e Misericórdias Texto de Rita Franco apresentado por Dulce Marçal

«Os professores do Ensino Artístico Especializado (EAE) atravessam um momento negro da sua existência que parece não ter fim. (...) De facto, há que afirmar com todas as letras a injustiça que representa a criação deste gueto de professores especializados que viraram professores de 2.ª categoria por via do aumento do horário de trabalho e conseqüente diminuição do seu salário, face aos seus congéneres do ensino público, mas também em relação aos restantes docentes do Ensino Particular e Cooperativo, pese embora os esforços empreendidos pela FENPROF nas sucessivas e intermináveis negociações.»



**Aposentados**

### Carlos Vasconcellos

«Como disse há pouco o Mário Nogueira, a unidade faz-se também na diversidade ou melhor não há unidade sem diversidade. Nós apresentamos uma lista para o Conselho de Jurisdição Nacional.»



**EPC, IPSS e Misericórdias**

### Sandra Barão

«A possibilidade de caducidade do contrato coletivo de trabalho, de forma unilateral, pelo patronato, no ensino particular e cooperativo, ensino artístico especializado e ensino profissional tem sido motivo de agravamento das condições de trabalho principalmente no que respeita aos horários de trabalho, remunerações e desrespeito pelos profissionais do setor educativo.»



**EPC, IPSS e Misericórdias**

### Deolinda Fernandes

«Daqui deste XV Congresso da FENPROF, deixamos um recado claro à CNIS e às Instituições que representa. Não há solidariedade verdadeira quando se constrói sobre a injustiça laboral. E deixamos também um apelo claro ao Governo: é urgente vincular o financiamento público à valorização dos Docentes a exercerem funções nas IPSS. É urgente exigir às IPSS o cumprimento de princípios básicos da equidade e dignidade. É urgente acabar com a discriminação entre Educadores de Infância.»



**2.º, 3.º CEB e E. Secundário**

### Eduardo Jordão

«A média de idades dos professores ronda os 50 anos, e menos de 2% têm hoje menos de 30. Acrescente-se a isto os números de aposentações que se preveem até 2030 e temos o quadro pintado, já conhecido, de uma profissão envelhecida. É urgente atrair jovens para a profissão. E como está bem expresso no ponto 6.3 do nosso programa de ação, isso exige mais do que discursos: exige medidas concretas. Os problemas que estes jovens enfrentam não são novos. São, na verdade, os mesmos que muitos dos que aqui estão enfrentam ou enfrentaram: Precariedade – mesmo que, hoje, muitos jovens consigam vincular mais cedo, devido à falta de professores; Salários; Dificuldades em aceder a habitação – sobretudo nas zonas onde mais falta fazem; Horários desregulados, turmas sobrelotadas, excesso de burocracia e uma gritante falta de democracia nas escolas.»



**E. Superior e Investigação**

### André Levy

«Vários factores contribuem para a precariedade dos docentes e investigadores no privado, alguns semelhantes ao sector público, mas sublinho um vazio legal que persiste há mais de 30 anos (!), nomeadamente a ausência de um diploma regulador do regime de pessoal docente e de investigação no ensino superior privado. (...) É lamentável o sucessivo adiamento da discussão e aprovação deste diploma central para assegurar a existência nestas instituições de um corpo permanente de docentes e investigadores dotado de estabilidade laboral e com reais perspectivas de promoção na carreira.»



**2.º, 3.º CEB e E. Secundário**

### Mário Roque

«Neste processo de Transferência de Competências para os Municípios e Comunidades Intermunicipais consagrado na Lei n.º 50/2018 e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, é importante referir que 2/3 dos Municípios não aderiram voluntariamente. Essa adesão, teve de acontecer, de forma compulsiva até 1 de abril de 2022. O direito constitucional à educação, uma das conquistas e pilares de Abril, com garantia do direito à igualdade de oportunidades e do sucesso educativo, não se coaduna com a desresponsabilização do Estado central (...)»



**Educação Pré-Escolar**

### Cremilde Canoa

«A primeira grande exigência é a expansão da rede pública da educação pré-escolar, com a oferta garantida a todas as crianças a partir dos 3 anos e a obrigatoriedade da frequência no ano anterior à entrada no 1.º Ciclo. Mas é igualmente urgente garantir que a educação pré-escolar não seja confundida com escolarização precoce. (...) Outro ponto essencial é a redução do número de crianças por grupo (...) Os educadores de infância também reivindicam horários letivos justos (...) É também necessário definir com clareza o que se entende por componente letiva e não letiva no ECD, bem como eliminar tarefas burocráticas que não fazem parte da função pedagógica, mas que continuam a sobrecarregar o dia a dia dos educadores de infância. Reivindica-se ainda a igualdade no calendário escolar, à semelhança do 2.º e 3.º ciclos, e a presença de um educador de infância na direção dos agrupamentos escola-

res, garantindo representação e voz no processo de decisão. A ação educativa precisa ser complementada com profissionais especializados, apoio educativo e recursos humanos e materiais adequados, que respeitem as necessidades individuais de cada criança.»



### **E. Superior e Investigação** **André Carmo**

«Se há linha vermelha que devemos sempre reafirmar, sem equívocos nem ambiguidades – e isto é feito na Proposta de Programa de Ação apresentada pelo Secretariado Nacional da FENPROF –, é a que separa aqueles que estão com a escola pública, com um ensino superior e uma ciência valorizadas, contra todas as formas de precariedade laboral e recuo das liberdades académicas, e aqueles que, de forma mais ostensiva, boçal e embrutecida ou mais dissimulada mas não menos nefasta, tudo fazem para dismantelar aquilo que foi conquistado ao longo de décadas de luta e ação coletiva.»



### **2.º, 3.º CEB e E. Secundário** **José Feliciano Costa**

«O grave problema da falta de professores só poderá ser resolvido com a valorização nos planos profissional, social e material e com a melhoria das condições de vida e das condições de trabalho dos docentes. Este não tem sido o caminho escolhido pelos sucessivos governos, os quais negaram ou desvalorizaram os sinais da falta de professores e educadores. O caminho que vão trilhando continua a ignorar as causas estruturais deste problema, centrando-se em medidas de caráter imediatista, designadamente baixando os patamares exigidos do ponto de

vista dos conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos. Tal implica a redução significativa da qualidade da formação, com o objetivo de facilitar o acesso à profissão docente. A FENPROF entende como necessária a revisão deste regime jurídico, mas no sentido de reforçar competências que permitam a assunção plena de autonomia no exercício da profissão docente, que deverá resultar do reforço da formação na área Pedagógica. Consideramos que a formação inicial de professores e educadores é uma questão fulcral e um dos vetores fundamentais para a definição do perfil dos docentes, sendo determinante para a construção da sua profissionalidade.



### **Educação Pré-Escolar** **Anabela Raposo**

«Vou usar o tempo para apelar a que cada um de nós sensibilize os colegas da escola, os que estão todos os dias conosco e os que conhecemos de outras escolas, para a importância de participar nas reuniões sindicais, nos plenários, que participem nas manifestações.»



### **E. Superior e Investigação** **Manuel Guerra**

«Artigo 73.º, Ponto 1. «Todos têm direito à educação e à cultura.» Em boa hora quis a nossa Constituição da República saída de Abril — esse horizonte de esperança que, muito em breve assinalará o seu 50.º Aniversário e que estou certo a nossa Federação continuará a celebrar e, sobretudo, a exigir que se cumpra — que a Educação e a Cultura estivessem irmãmente ligadas no mesmo artigo. E se muitas são as transformações, nestes 51 anos de Democracia, em sentido positivo, não podemos deixar de nos interrogar sobre o

“estado da arte”. Dito de outra forma, quando tantos, com responsabilidades, fazem-se de surpreendidos pelo “estado das coisas” junto de crianças e jovens ou o estado da Democracia no momento presente, talvez valesse a pena que se olhasse para o estado da Educação e da Cultura, cujos direitos constitucionais, apesar do esforço e dedicação dos seus trabalhadores, continuam por cumprir!»



### **E. Superior e Investigação** **Raquel Ribeiro**

«Venho falar da Ciência em Portugal, um sector de intervenção do nosso sindicato e da FENPROF onde mais de 90% dos trabalhadores têm vínculos precários. Segundo a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), há mais de 10 mil bolseiros, sem vínculo laboral, muitos já doutorados. A estes trabalhadores, negam-lhes até a própria condição de trabalhadores — o que aprofunda a sua exploração. Sem eles, o sistema científico não funciona. Há mais de 3 mil investigadores com contratos a termo, presos há décadas num ciclo de precariedade: saltam de bolsa em bolsa, de contrato em contrato, muitas vezes entre instituições, sem segurança para planear as suas vidas, reféns do próximo financiamento, da próxima bolsa, do próximo projeto. A FENPROF luta há décadas contra esta realidade.»



### **EPC, IPSS e Misericórdias** **Cecília Bicho**

«Os salários no Ensino Particular são bastante mais baixos do que no Ensino Público. A diferença pode chegar aos 600€. Apesar dos nossos esforços, para tentarmos a equiparação ao Ensino Público, não foi possível.»



2.º, 3.º CEB e E. Secundário

### António Anes

«Os horários e as condições de trabalho são causas de grande desgaste e cansaço dos professores constituindo também um dos grandes fatores para a sua falta. Sobre a elaboração dos horários importa destacar: a persistência de muitas escolas, com a conveniente convivência tácita das várias equipas ministeriais na Educação, em construir horários dos docentes com abusos e ilegalidades, constitui um gritante desrespeito pela dignidade da profissionalidade docente, incompreensível quando perpetrada por outros docentes, diretores de escolas, que conhecem, ou deveriam conhecer, as condições difíceis que o trabalho da docência nas escolas exige.»



2.º, 3.º CEB e E. Secundário

### João Pereira

«A precariedade continua a ser um dos maiores problemas na profissão docente, causando inúmeras dificuldades aos docentes e ao normal funcionamento das escolas. A precariedade fragiliza o trabalhador porque está associada à incerteza de um vínculo, permite inúmeros abusos e ilegalidades, piores condições de trabalho, além de perpetuar os baixos salários. Estes são problemas reais aos quais se acrescenta o facto de muitos docentes precários trabalharem longe de casa, o que os priva do conforto e proximidade da família, dos amigos e dos contextos onde estão inseridos socialmente, o que atrasa quase sempre a elaboração de projetos de vida.»

2.º, 3.º CEB e E. Secundário

### Eduarda Ferreira

«Mas não basta abrir as escolas aos

alunos imigrantes, é preciso dar-lhes um ensino de qualidade, é preciso incluí-los, é preciso respeitá-los, é preciso entendê-los, é preciso ouvi-los.»



1.º Ciclo do Ensino Básico

### Cátia Domingues

«Contudo, os problemas continuam. Agravam-se. Os professores, a envelhecer, continuam sobrecarregados, desvalorizados e quase sempre esquecidos. Apenas 5% dos docentes do 1.º Ciclo têm menos de 40 anos. Quase metade tem mais de 51. E muitos, apesar da experiência e desgaste acumulados, continuam a ter horários completamente esgotantes. As turmas continuam demasiado grandes. As condições físicas das escolas são, em muitos casos, degradantes. Falta pessoal, faltam meios, falta tempo para preparar, avaliar, refletir. E quando se fala em “escola a tempo inteiro”, o que temos? Crianças exaustas, a viver dias escolares maiores do que os turnos de muitos adultos.»



EPC, IPSS e Misericórdias

### Isabel Tavares

«Os educadores de infância das IPSS contam com a FENPROF na luta pela melhoria das condições de trabalho, pela valorização da carreira e dos salários! Pelo fim da discriminação entre educadores de infância com as mesmas habilitações consoante exerçam funções na creche ou na educação pré-escolar! Somos todos educadores de infância!»

EPC, IPSS e Misericórdias

### Cristina Bento

«Sou educadora de infância e trabalho na Santa Casa da Misericórdia de

Mafra. Ser educador de infância no sector social é um desafio que muitas vezes nos remete para sentimentos de frustração. Tem vindo a ser uma profissão de teste a paciência, não só no direto com as crianças como também na longa luta por um acordo do contrato coletivo de trabalho.»



E. Superior e Investigação

### Paulo Granjo

«(...) o reforço do financiamento está, no documento, onde deve estar e onde, após muito debate, é consensual que esteja: como uma exigência clara, mas da qual não depende nenhuma das outras, que têm a ver com a dignidade, com a estabilidade de emprego, e com o respeito pelos professores, pelos investigadores, e pela legalidade.»



2.º, 3.º CEB e E. Secundário

### Augusto Figueiredo

«Para concretizar os objetivos reivindicativos a aprovar neste XV Congresso propõe-se de entre muitas ações uma a que chamo a particular atenção: “Participar em ações de luta que venham a ser convocadas para o conjunto dos trabalhadores portugueses tanto no âmbito da Administração pública, como da CGTP-IN.” A FENPROF e os Sindicatos que a constituem afirmam-se como organizações sindicais de classe! (...) No contexto onde a cultura individualista e egocêntrica é massificada, onde ao modelo de desenvolvimento propõe-se o lucro como caminho, sem respeitar os direitos humanos, laborais e sindicais, a «unidade na acção» é determinante na resistência a estas políticas que desvalorizam a profissão docente, desmantelam as funções sociais do Estado e destroem os serviços públicos.»



## Congresso aprova documentos estruturantes e elege novos Secretários-Gerais

Programa de Ação, apresentado pelo Secretariado Nacional e pelos sete sindicatos da FENPROF — **"Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade!"** — foi aprovado por unanimidade no 15.º Congresso Nacional dos Professores. Igualmente aprovada, por unanimidade, foi a resolução sobre **Ação Reivindicativa** apresentada pelo SN da FENPROF. No 2.º dia dos trabalhos foram também conhecidos os resultados das eleições para os órgãos da FENPROF, tendo sido eleitas por larga maioria as listas para o Conselho Nacional, órgão deliberativo máximo entre congressos, e para o Conselho de Jurisdição (Lista A - 7 eleitos) também apresentadas pelo Secretariado Nacional e os sete sindicatos da FENPROF. Os novos **secretários-gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves (SPN) e José Feliciano Costa (SPGL)**, estão eleitos pelo 15.º Congresso. ●



Resolução sobre a Ação Reivindicativa "Valorização, Já! Por uma Profissão com Futuro e uma Educação Pública de Qualidade!"



Programa de Ação "Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade!"

## 1.ª Reunião do Conselho Nacional da FENPROF Anabela Sotaia eleita Presidente do Conselho Nacional



Conselho Nacional da FENPROF (2025-2028)



Secretariado Nacional da FENPROF (2025-2028)



Na primeira reunião do Conselho Nacional da FENPROF, órgão deliberativo máximo entre congressos, Anabela Sotaia foi eleita Presidente do Conselho Nacional da FENPROF. A nova Presidente é professora do ensino secundário e coordenadora do SPRC. É membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN e membro do Conselho Nacional de Educação.

O Conselho Nacional ratificou igualmente o novo Secretariado Nacional, órgão executivo da Federação. ●

## Moções

O 15.º Congresso aprovou diversas moções da maior relevância:

- Defender a liberdade e a democracia, enfrentar o populismo e a extrema direita, combater a ascensão dos fascismos – **aprovada por maioria**

- Pela Democracia, defender os valores de Abril – **aprovada por unanimidade**

- Investir na Paz e na Educação, não na Guerra! – **aprovada por maioria**

- Pela Igualdade Mulheres-Homens – **aprovada por maioria**

- Em defesa da Diversidade, da Equidade e da Inclusão; contra todas as discriminações! – **aprovada por unanimidade**

- Garantir a qualidade e o equilíbrio ambiental – **aprovada por maioria**

- Por uma ADSE ao serviço dos beneficiários – **aprovada por maioria**

- Saudação aos trabalhadores do Congresso (Secretariado Nacional) – **aprovada por unanimidade**

- Saudação aos trabalhadores do Congresso – **aprovada por maioria**

- Solidariedade com o Povo Palestino. Fim ao genocídio – **aprovada por maioria**

- Pela União dos Povos: Por um Futuro de Paz, Justiça e Sustentabilidade – **aprovada por maioria**



## Dirigentes do SPGL nos novos órgãos de Direção da FENPROF (2025-2028)

### Membros do SPGL no Secretariado Nacional



José Costa  
**(Secretário-Geral)**



Catarina  
Teixeira



Cátia  
Domingues



João  
Pereira



Joaquim  
Carvalho



Jorge  
Gonçalves



Manuel  
Guerra



Pedro  
Nunes

### Membros do SPGL no Conselho Nacional



Albertina  
Pena



Ana Cristina  
Gouveia



Ana Cristina  
Martins



Anabela  
Tavares



António  
Anes



António  
Avelãs



António  
Quitério



Augusto  
Figueiredo



Branca  
Gaspar



Carlos  
Leal



Cremilde  
Canoa



Deolinda  
Fernandes



Eduarda  
Ferreira



Eduardo  
Jordão



Elisabete  
Zagalo



Graça  
Figueiredo



Hugo  
Wever



João  
Barros



Margarida  
Santos



Maria do Céu  
Silva



Mário  
Roque



Mário  
Santos



Rosa  
Vaz



Sílvia  
Timóteo



Tiago  
Dias

## a voz a quem entra

As renovadas forças com que saímos deste Congresso, prendem-se também com a presença da juventude entre os seus delegados. **Beatriz Bastos** fez a sua estreia neste Congresso. Tem 21 anos e veio de Gaia para dar aulas de Português na Casa Pia.



Beatriz Bastos e Sara Covas

**Sara Covas (SC) - É o teu 1.º Congresso. E não temos mais momentos, para além deste, em que se encontrem professores de todo o país a discutirem o futuro da escola pública. O que tens sentido nestes dias?**

**Beatriz Bastos (BB) -** Se, por um lado, estava nervosa por ser, não só, o meu primeiro congresso, mas também pelo meu papel enquanto delegada sindical. Por outro lado, foi uma experiência enriquecedora, por observar e sentir a união dos professores que têm como causa comum a melhoria das suas condições de trabalho. Essa é, também, uma das razões principais pelo meu ingresso no sindicato: a demonstração constante da luta em prol dos direitos.

**SC - A tua situação é particularmente precária. Para além de estares a contrato, a obrigação de fazer um mestrado cujas vagas são escassas, continua a tornar a nossa profissão pouco atrativa para os jovens.**

**BB -** Efetivamente, acaba por se tornar um desafio ingressar nesta profissão. Para além do mencionado, ainda podemos acrescentar, por exemplo, as horas extraordinárias, cada vez mais frequentes. O desgaste mental, próprio da profissão, bem como as proe-

cupações em relação ao futuro, pela instabilidade de uma carreira a contrato, constroem um cenário generalizado de desmotivação.

Torna-se, por estes motivos, cada vez mais urgente a melhoria das condições de trabalho e de progressão da carreira, bem como, do modelo de acesso à profissão.

**SC - O ensino profissional tem as suas particularidades, e muitas vezes é visto erradamente como uma alternativa curricular mais fácil, esquecendo a carga horária que estes alunos carregam consigo. Como é que tem sido a tua experiência?**

**BB -** É um erro comum presumir que o ensino profissional representa uma via mais fácil ou menos “exigente”. Esta perceção ignora, por completo, as particularidades e as exigências inerentes a este tipo de ensino. Posso dizer, pela minha experiência não só como professora do ensino profissional, mas também como ex-aluna do ensino profissional, que, para além da carga horária, a diversidade de disciplinas técnicas e práticas exige não só tempo, mas também um elevado nível de responsabilidade e capacidade de organização. Para além disto, o estágio profissional que estes alunos escolhem representa, no fundo, uma espécie de

amostra do “mundo adulto”, onde têm de lidar com as responsabilidades, horários rigorosos e exigências profissionais, mais cedo que os restantes colegas. É nesta fase que muitos deles têm o primeiro contacto direto com o mercado de trabalho, pelo que é necessário desenvolver competências como a autonomia e a proatividade.

**SC - E onde muitas vezes são terrivelmente explorados, não só com horários, mas também com tarefas que vão para além do que é a sua função e está acordado com a escola.**

**BB -** Sim. Muitas vezes, está longe de ser uma experiência de aprendizagem. Para muitos, este contacto inicial representa, também, um choque: rotinas rígidas a enfrentar, situações de clara exploração.

Há casos em que os jovens são sobrecarregados com funções que ultrapassam, em muito, o que foi acordado com a escola, executando tarefas que não lhes competem ou cumprindo horários abusivos, sem qualquer tipo de compensação. Isto, não só destrói o verdadeiro objetivo do estágio profissional, como também desmotiva os alunos que ingressam neste tipo de ensino. ●



## José Feliciano Costa

Secretário-Geral da FENPROF

Intervenção completa



«A FENPROF não fará nunca depender os seus objetivos reivindicativos em função da maioria parlamentar que resultar deste ou de qualquer ato eleitoral.

Porque o nosso compromisso é com os professores, é com a Escola que saiu da Revolução, aquela Escola Pública que possibilita o acesso a todos sem restrições, aquela escola que consegue reequilibrar as diferenças sociais, a Escola de Abril.

Uma escola que não queremos submetida às leis da oferta e da procura, uma Educação que não queremos mercanti-

lizada, onde as escolas “privadas”, com os alunos socialmente mais favorecidos e que apresentam melhores resultados nos *rankings*, os famigerados *rankings*, são recompensadas e acumulam ainda mais recursos, com dinheiros públicos claro.

Uma escola onde as outras, as da rede pública estigmatizadas porque mais mal posicionadas nos tais *rankings*, perdem ainda mais os seus já poucos recursos. (...)

O lema deste congresso é "Valorização, Já!" e essa é a primeira e mais importante e mais destacada reivindicação.

Por isso vamos exigir um compromisso inquestionável, compromisso que passa pela Valorização da carreira docente.

A revisão do Estatuto da Carreira Docente é uma peça fundamental. A revisão global do ECD que queremos e que tem por referência a proposta da FENPROF aprovada no Plenário Nacional de Professores e Educadores, realizado em 7 de março passado após mais de 380 reuniões por todos o país com a participação de milhares de docentes.» ●

## Tiago Oliveira

Secretário-Geral da CGTP-IN



Intervenção completa

«Nestes tempos que (...) são marcados pelo neoliberalismo e a promoção do individualismo, a ação coletiva, unida e organizada, esclarecida e combativa ganha ainda maior relevância.

A unidade dos professores, dos investigadores, dos não docentes e de toda a comunidade escolar, na luta pelas suas condições de trabalho e de vida, ganha ainda maior expressão quando constatamos que, embora



# Francisco Gonçalves

Secretário-Geral da FENPROF

Intervenção completa



«O ciclo que agora se abre é um ciclo de transição geracional. Sabemos que até ao final da década são milhares os professores que se aposentarão. Inevitavelmente, e por essa mesma razão, serão muitos os dirigentes sindicais que chegarão, também, à aposentação.

O rejuvenescimento do professorado português vai, inevitavelmente, ser replicado nos nossos sindicatos e na FENPROF. Rejuvenescer não é da política, é um imperativo biológico para as organizações. As escolas da década

de trinta terão novos rostos docentes; a FENPROF e os seus sindicatos também.

Precisamos, assim, de formar quadros sindicais. Sabendo que a formação de um quadro sindical tem dois ingredientes fundamentais — a prática sindical e o tempo —, é importante destacar que temos bons quadros para passar o testemunho: gente de uma geração que viveu intensamente a construção da democracia em Portugal, esse projeto, afinal, tão recente e ainda inacabado.

E temos um grande legado: a marca da FENPROF que, com a sua forma de fazer sindicalismo, com a sua imagem, vai muito para além desta sala.

(...) E temos o mais importante: a FENPROF, a mais representativa federação sindical de professores do nosso país, aquela que tem na defesa intransigente dos direitos dos professores e da escola pública de qualidade o seu único propósito político.»●

com particularidades, as reivindicações de que somos portadores são comuns às dos restantes trabalhadores. Sejam eles do setor público ou privado, de Portugal ou daqueles que aqui procuram as condições que não têm nos seus países, sejam eles católicos, muçulmanos ou não têm religião. Camaradas e amigos, é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos querem fazer crer para nos separar.» ●





## Mural SPGL tantos anos como ABRIL!



*Aprendi a dar valor a algo que dava como garantido.*

**Bianca Lopes** | Aluna EA António Arroio

«A Direção Regional de Lisboa do SPGL propôs-se a pintar um mural na cidade de Lisboa que, para além de comemorar os 50 anos do SPGL e do 25 Abril, hoje os seus 51 anos, visa a valorização da carreira docente e de uma Escola Pública de qualidade, a Escola de Abril. O desafio proposto foi aceite pelos alunos e professores da Escola Artística António Arroio, que projetaram e pintaram em conjunto com dirigentes sindicais. Um projeto desenvolvido em articulação com a Galeria de Arte Urbana (GAU) da CML, e com o apoio do Vale Formoso Futebol Clube que prontamente nos acolheu. Um mural oferecido também à cidade de Lisboa que afirma, nas suas paredes, 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!»

**Catarina Teixeira** | Dirigente Sindical

«Os alunos definiram conceitos estruturais sobre a Escola Pública, antes e depois do 25 de Abril de 1974 — o Grupo de Estudos, a Constituição da República Portuguesa, o direito à educação, à cultura, à participação democrática e à liberdade sindical. Colaborativamente realizaram esboços, experimentaram diversas composições e estudos de cor, numa ação dinâmica, em si mesma um Manifesto à Liberdade. O projeto final teve ainda a colaboração de professores e artistas plásticos. A pintura mural coletiva foi realizada no espaço público da cidade de Lisboa (Av. Infante D. Henrique), com a participação de estudantes, professores e dirigentes sindicais. A inauguração teve lugar no dia 8 de maio de 2025.»

**Guilherme Vicente e Rute Garcia**  
Professores EA António Arroio







## Jornada CGTP-IN

No dia 5 de abril a CGTP-IN promoveu uma Jornada Nacional de Luta, pelos salários e os direitos, por melhores pensões, contra o aumento do custo de vida, pela defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação. Em Lisboa, a Manifestação teve lugar no Príncipe Real / Cais do Sodré, e contou com a forte mobilização de professores, educadores e investigadores, integrados nas comitativas do SPGL e da FENPROF. ●

## Dia Mundial da Saúde

SPGL participou nas ações promovidas pela Frente Comum no Dia Mundial da Saúde (7 de abril de 2025), em defesa do reforço do SNS, numa luta que é de todos, trabalhadores e população. Na área do SPGL destacam-se as concentrações realizadas em frente ao Hospital Garcia de Orta (Almada) e ao Hospital de Vila Franca de Xira. ●

## Viva o 25 de Abril!

No dia em que se celebraram 51 anos da Revolução, foram inúmeros os professores, educadores e investigadores a sair à rua e a manifestarem-se, designadamente nas iniciativas realizadas nas diferentes regiões do SPGL, com destaque para a comitativa do SPGL presente no desfile realizado na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Num momento em que nos aproximamos das comemorações dos 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 2 de Abril de 1976, e se assiste à subida da extrema-direita, à boleia de um discurso populista e assumindo posições xenófobas, racistas, intolerantes e de natureza fascista, urge exigir o cumprimento dos direitos forjados em Abril e constitucionalmente consagrados, designadamente o direito à educação. 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais! ●





Av. Almirante Reis, Lisboa, 1.º de Maio de 2025

## Viva o 1.º de Maio!

A vida dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e da população em geral está difícil. Crescem as dificuldades para garantir uma vida digna, com salários e pensões insuficientes para cobrir os custos da habitação, alimentação e serviços essenciais, a que se juntam mais dificuldades para efectivar os direitos à saúde ou à educação. Depois de um grandioso 25 Abril onde, por todo o país, a juventude e o povo saíram à rua demonstrando que Abril continua bem vivo, professores, educadores e investigadores, juntamente com outros trabalhadores, participaram ativamente nas diversas manifestações do 1.º de Maio promovidas pela CGTP-IN, designadamente as realizadas na área de influência do SPGL (Santarém, Setúbal e Lisboa). Em Maio cumprir Abril! ●

Sem memória,  
não há futuro!



Av. Liberdade, Lisboa, 25 de Abril de 2025

No dia 24 de Maio 2025, a CGTP-IN realizou no Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche, um Grande Encontro Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais, assim como membros de Comissões de Trabalhadores. O Encontro contou com a presença de activistas, delegados e dirigentes do SPGL/FENPROF e teve como objectivo encerrar o programa de comemorações dos 50 anos do 25 Abril e ao mesmo tempo dar início ao programa dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa. ●



## perguntas **com** resposta

### PERGUNTAS

#### Agressões e ameaças contra professores passaram a ser crime público. O que muda relativamente à queixa?

A Lei n.º 26/2025 introduziu alterações ao Código Penal, nomeadamente veio reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, como é o caso dos docentes, determinando que a agressão e ameaça contra um profissional na área da educação são consideradas crime público. Neste sentido, não está dependente de queixa, o que significa que o processo é iniciado automaticamente pelo Ministério Público sem necessidade de queixa ou denúncia da vítima ou de outra pessoa. Significa que, após o conhecimento da notícia do crime, essa denúncia pode ser feita pelo próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia de outra pessoa. O processo será desencadeado oficiosamente pelo Ministério Público.

#### Sendo crime público, estão os docentes isentos de despesas decorrentes destes processos?

Dada a natureza pública do crime e o facto de a denúncia não estar dependente da vítima, prevalecendo a defesa do interesse público, representado pelo Ministério Público, veio igualmente a Lei acima citada consagrar a alteração ao Regulamento das Custas Processuais, ficando isento de custas o profissional na área da educação.

#### Pode a vítima desistir da queixa apresentada por outros ou por si?

Como já foi referido, dada a natureza jurídica do crime, o Ministério Público, enquanto representante do Estado, tem competência para desencadear o processo criminal, que, reafirma-se, não está dependente da vontade da vítima, desde que seja conhecida a notícia do crime, assim sendo, a vítima não poderá desistir do processo. ●

Elisabete Zagalo | Dirigente SPGL

### legislação



#### I Série

##### Lei n.º 55/2025

Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado

##### Decreto-Lei n.º 78/2025

Procede ao alargamento do âmbito subjetivo de aplicação de garantias aos docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas escolas portuguesas no estrangeiro e à criação de um prémio de permanência.

#### II Série

##### Despacho n.º 3830/2025

Fixação dos encargos financeiros que podem ser afetados à alteração de posicionamento

remuneratório dos docentes do ensino superior.

##### Despacho n.º 3894/2025

Fixação do montante máximo dos encargos financeiros que anualmente pode ser afetado à alteração de posicionamento remuneratório dos docentes do ensino superior.

##### Despacho n.º 5868-B/2025

Regulamenta o procedimento da mobilidade de docentes por motivo de doença, nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2025, de 26 de março.

##### Portaria n.º 361-A/2025/2

Fixa a dotação das vagas dos quadros das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e dos respetivos polos, para o efeito dos concursos interno e externo de seleção e de recrutamento do pessoal docente, para o ano escolar de 2025-2026. ●

## Agressões a docentes A intervenção penal



Virgílio Teixeira | Advogado

**N**a *Escola Informação* do passado mês de maio foi efetuado o enquadramento jurídico geral das agressões a docentes ocorridas em contexto escolar. O tratamento de cada tipo de responsabilidade (penal, disciplinar e civil) ficou de ser apresentado individualmente. Neste número será abordada a responsabilidade penal. Neste âmbito, sempre que são infligidas agressões a docentes, em princípio, estamos perante um crime de ofensas à integridade física, previsto e punido pelos artigos 143.º ou 144.º do Código Penal.

Com a alteração recentemente introduzida, pela Lei n.º 26/2025, no n.º 3 do artigo 143.º do Código Penal, o procedimento criminal contra o autor da ofensa infligida a profissional na área da educação, quando este se encontra no exercício das suas funções ou por causa delas, tem início com a mera denúncia do crime. Deste modo, o procedimento criminal contra o agressor deixou de depender de queixa do ofendido. Com a atual redação da norma o Ministério Público dá início ao inquérito sem que para tal seja necessária a intervenção da vítima.

Por seu turno, o artigo 242.º do Código de Processo Penal determina a denúncia obrigatória para as entidades policiais, em relação a todos os crimes de que tomarem conhecimento, e para os funcionários, na aceção do artigo 386.º do Código Penal, em relação aos crimes que tomarem conhecimento no

exercício das suas funções e por causa delas. Este conceito de funcionário inclui, entre outros, o Diretor da Escola ou do Agrupamento de Escolas, que fica obrigado a denunciar os crimes de que tomou conhecimento nas circunstâncias supra indicadas.

Nos casos em que as ofensas à integridade física não sejam do conhecimento do Ministério Público nem das pessoas sobre as quais recai o dever de denúncia obrigatória, a vítima, ou qualquer outro cidadão, deve dar conhecimento da sua ocorrência ao Ministério Público ou à Força de Segurança territorialmente competente (GNR ou PSP), de modo a que o inquérito tenha início. A denúncia pode ser efetuada por escrito ou oralmente. E, sem exigências formais, deve conter os seis requisitos essenciais para uma notícia: o quê (relato do evento); quem (identificação das pessoas envolvidas); quando (data e hora da ocorrência); onde (local da sua realização); como (descrição dos factos) e porquê (razão ou causa do sucedido). Esta intervenção da vítima ou de qualquer outro cidadão é suficiente para que o inquérito crime tenha início.

Por fim, é de acrescentar a existência de outros crimes praticados contra docentes, designadamente a ameaça, a difamação, a injúria e o dano. Em relação a estes crimes a instauração de inquérito fica dependente da apresentação de queixa-crime no prazo legalmente previsto.●



## Educação Inclusiva

No dia 21 de março de 2025, na Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa, a FENPROF organizou um Encontro Nacional de Educação Inclusiva, no qual foi feita uma avaliação da situação, não só relacionada com o quadro legal vigente, mas principalmente no que toca às práticas e à (in)ação dos governos neste âmbito. Neste contexto foi apresentada uma importante Carta Reivindicativa do sector da Educação Especial, intitulada «Por uma Educação Especial que responda, adequadamente, às necessidades dos alunos, da escola e do sistema». No presente caderno, prolongamos a reflexão sobre estas e outras matérias, expondo problemas e desafios do presente e apontando, como sempre, as soluções há muito defendidas por especialistas com intervenção na área. Urge uma Escola Pública verdadeiramente inclusiva. A Educação Inclusiva é um direito fundamental inegociável. Todas as escolas devem estar dotadas dos recursos humanos, físicos e materiais para uma resposta de qualidade a toda e qualquer criança e jovem. ●





Encontro Nacional de Educação Inclusiva

# Educação Especial: Respostas necessárias



Ana Cristina Gouveia | Dirigente sindical

**No dia 21 de março**, um momento marcante para a Educação Inclusiva foi celebrado na Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa — o Encontro Nacional sobre Educação Inclusiva, sob o lema “Educação Especial e Inclusão: Desafios Reais, Respostas Necessárias!”. Reunindo educadores, especialistas, pais e representantes da sociedade civil, o evento destacou a urgência de debater os desafios enfrentados pela Educação Especial e propor soluções concretas.

O ponto culminante do encontro foi a aprovação de uma Carta Reivindicativa dos professores de Educação Especial, fruto de uma reflexão profunda e participativa por parte dos presentes. Este docu-

mento representa a voz de muitos que lutam por uma educação mais inclusiva e acessível, destacando compromissos, necessidades e ações que devem ser prioritárias para garantir o direito à educação de todos, independentemente das suas condições ou necessidades específicas.

A Carta Reivindicativa elaborada contempla uma série de propostas e demandas essenciais para a melhoria da Educação Especial em Portugal, entre elas:

- **Recursos Humanos e Formação:** reforçar o número de profissionais especializados, como professores, terapeutas e auxiliares educativos, atualizando e adequando os rúncios e garantindo formação

continua para todos os intervenientes para lidar com as diversas necessidades dos alunos.

- **Infraestruturas e Equipamentos:** promover a adaptação das escolas para melhores acessibilidades e disponibilizar materiais pedagógicos inclusivos que atendam às especificidades dos alunos.
- **Políticas Educacionais Sustentáveis:** exigir maior financiamento público para iniciativas de Educação Especial, bem como o desenvolvimento de programas integrados que favoreçam a inclusão. A carta destaca a importância de políticas públicas que garantam a equidade no acesso à educação. Os participantes do encontro concordaram que é necessário rever e adaptar currículos, bem como implementar planos de apoio individualizados que atendam às especificidades de cada aluno. A inclusão não deve ser vista apenas como uma responsabilidade das escolas, mas sim como um compromisso coletivo que envolve toda a sociedade.
- **Envolvimento da Comunidade Escolar:** incentivar o envolvimento de toda a comunidade escolar para criar um ambiente mais acolhedor e empático.

A colaboração entre escolas, famílias e comunidades também foi um tema central nas discussões. A carta reivindica a criação de redes de apoio que integrem diferentes serviços e recursos, assegurando que os alunos com necessidades especiais recebam o suporte necessário tanto dentro quanto fora da sala de aula. Essa abordagem colaborativa é essencial para criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos possam prosperar.

• **Monitorização e Avaliação:** implementar sistemas para avaliar continuamente os avanços e desafios da aplicação das políticas de inclusão.

A aprovação da Carta Reivindicativa dos professores de Educação Especial simboliza um passo importante na luta por um sistema educacional mais justo e inclusivo, mas também destaca a necessidade de vigilância e pressão contínuas para que as propostas do documento se traduzam em políticas eficazes. O evento na Escola Secundária D. Dinis foi, sem dúvida, um marco que demonstrou o poder da união e do diálogo para gerar mudanças significativas.●

## Educação Inclusiva — Percurso histórico

# O caminho de uma escola de qualidade, justa e democrática



Jorge Humberto | Dirigente sindical

**Desde os anos 70** se defende a igualdade de direito à educação para todos e a transformação da escola como forma de responder à universalidade de acesso e de sucesso. A ideia de aprender juntos com respostas adequadas, obriga a mudanças nas atitudes e nas práticas pedagógicas, bem como na organização, gestão, financiamento, recursos, formação dos docentes, nos currículos e, especialmente, na compreensão de que as barreiras estão na sociedade e não na pessoa, rejeitando respostas paralelas ou artificiais, face ao contexto

natural onde a aprendizagem e o desenvolvimento devem ocorrer.

As conquistas do 25 de Abril de 1974, permitiram uma transformação na forma de olhar e educar as pessoas com deficiência, que até então estavam excluídas ou beneficiavam de alguns projetos pontuais ligados a Associações, passando a desenvolver-se uma política de igualdade de direitos, com uma massificação de respostas, quer em cooperativas de pais, quer na integração no ensino regular.

O Estado assumia a educação de todos sem exce-



ção, através da Constituição Portuguesa de 1976 e a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, introduzindo o conceito de escola para todos, que permitiu a integração progressiva no ensino público dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Finalmente, em 1991, foi publicada a primeira legislação específica, o Decreto-Lei 319, que responsabilizava a escola e todos os professores, pela educação destes alunos, apontando práticas pedagógicas diferenciadas e a implementação de medidas de apoio para responder às diferenças. Em 1997 o Despacho Conjunto 105.º, veio reforçar este caminho, criando localmente Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos (ECAE), procurando integrar todas as respostas, coordenar a atuação dos professores e aprofundar a diferenciação curricular.

Em 2018, o Decreto-Lei n.º 3 revogou os anteriores, aprofundando o conceito de Educação Inclusiva e a sua implementação através de medidas específicas, mas destinadas à Educação Especial, isto é, a uma população específica. Esta dicotomia, a par da classificação de alunos como forma de acesso às medidas e a criação de processos burocráticos complexos, criaram contradições com o próprio conceito de inclusão. Há um desvio do caminho anterior de unificação e articulação de respostas, criando uma lei de Educação Especial com o propósito de incluir os “seus” alunos.

A desejada “contaminação” daquilo que vinha sendo implementado no “Especial”, nunca foi bem conseguida, dado que isso representaria mudanças muito mais profundas no sistema, na formação de professores e no reforço financeiro, que nunca se resolveram. Estas continuam a ser as barreiras principais à concretização de uma escola onde todos possam aprender juntos.

Temos finalmente o atual Decreto-Lei n.º 54/2018, que pretendeu decretar um regime de Educação Inclusiva, sem resolver as barreiras anteriores, nem encontrar soluções substancialmente diferentes. Usa uma retórica inclusiva, mas na prática não generaliza a inclusão a toda a escola, propondo essencialmente uma mudança circunscrita à forma como atender alunos com Necessidades Específicas, quando o resto falha. Persistem ainda outros problemas como a forma de olhar a participação e autodeterminação, bem como os aspetos

da progressão e certificação, nunca clarificados.

Apesar deste caminho ter uma evolução assinalável e representar um esforço nacional, há condições essenciais que nunca mudaram realmente e que se mantêm como barreiras, nomeadamente a dificuldade de operar mudanças numa organização e gestão escolar que se quer democrática, na diferenciação curricular e das práticas, na falta de recursos e de equipas, assistentes e professores especializados e na dificuldade de ter um olhar integrado de um sistema onde todos os professores são de inclusão. A linguagem tornou-se ainda mais estigmatizante, como “os alunos da educação inclusiva” e veio legitimar a invisibilidade de necessidades e práticas incorretas, ou manter as anteriores com uma linguagem criativa. Aprofundou um sistema burocrático labiríntico e interpretações díspares por todo o país, que denotam assimetrias e desorganização. São ainda criadas estruturas paralelas artificiais, desconectadas da organização natural escolar, que os Agrupamento nunca conseguiram resolver. Isto revela que, para além das barreiras principais se manterem, a própria legislação tornou-se numa barreira, mudando algo, para que tudo fique na mesma.

O conceito de inclusão é hoje transversal na sociedade, mas cabe à escola um papel fundamental na sua defesa e implementação, não só para os alunos com deficiência, mas para todos os que apresentam insucesso ou risco de exclusão como os jovens desfavorecidos, imigrantes, refugiados, LGBTQI, com problemas de saúde, vítimas de violência familiar ou bullying, de etnias, minorias religiosas e culturais ou aqueles a quem a escola falhou.

É essencial uma nova arquitetura legislativa a partir da avaliação independente dos investimentos e da aplicação da atual legislação, no sentido de aferir se realmente estamos a cumprir os objetivos e a contribuir para melhorar a inclusão num sistema educativo mais equitativo e qualificado em todo o país.

Temos de reforçar o caminho de uma escola pública que recusa a reprodução das desigualdades, das quais não conseguiu libertar-se, apesar da democratização e da igualdade de oportunidades que defende. A inclusão social começa a ser construída pela Educação Inclusiva, que é afinal uma educação de qualidade, libertadora, numa escola democrática que promove a justiça.●

## Entrevista a Joaquim Colôa

# A mudança deve acontecer da base para o topo, num movimento consistente, reflexivo, crítico e consensualizado

**Joaquim Colôa** | Professor e  
Doutorado em Ciências da Educação

**Jorge Humberto (JH):** A Educação Inclusiva em Portugal tem um percurso assinalável em 50 anos de democracia, o que destacaria como marcos desta evolução?

**Joaquim Colôa (JC):** Neste percurso, de que Portugal se pode orgulhar dado o tempo que temos de democracia, assinalaria dois grandes momentos. O primeiro momento, é aquele em que a Dra. Ana Bénard da Costa, a obreira deste grande caminho, logo a seguir ao 25 de abril de 1974, consegue encetar um conjunto de dinâmicas de envolvimento de políticos e de técnicos que permitiu dar início às primeiras práticas, mesmo que ainda muito experimentais, de integração em escolas do ensino regular de crianças com condição de deficiência. É a ela que devemos os primeiros diplomas legislativos, dos quais destacaria o Decreto-Lei 319/91, entre muitos outros diplomas mais abrangentes. Para além disso, embora as instituições de Educação Especial tivessem sido criadas, na sua grande maioria, por associações de pais, é também à Dra. Ana Bénard que se deve o enquadramento normativo.

O segundo momento que destacaria, pelas grandes alterações estruturais, são os finais dos anos 90 do século passado. Em meu entendimento é quando, pela publicação da Declaração de Salamanca, a visão passa a ser a de inclusão. Em Portugal destacaria a publicação do Despacho – conjunto 105/97 que aporta toda uma nova visão do que devem ser serviços inclusivos, assentes em pressupostos de trabalho em equipa, de proximidade às escolas e interagindo no seio destas, um entendimento mais sistémico. Esta mudança foi possível pela visão partilhada por toda a equipa política do Ministério da Educação,



da qual nomearia, de entre muitos, o professor Paula Abrantes, diretor geral e o Dr. Vasco Graça. O Ministério da Educação convida novamente a Dra. Ana Bénard da Costa para liderar todo o processo. Esta propõe o nome da Dra. Filomena Pereira, que se manterá nos serviços até aos tempos atuais. De forma geral as alterações são ao nível da filosofia e da organização de serviços, mantendo-se o Decreto-lei 319/91. Alicerçadas em mudanças estruturais com base em conceitos como ao nível da avaliação das aprendizagens, de flexibilidade curricular e de diferenciação pedagógica, como práticas essenciais para a inclusão dos alunos, as decisões são tomadas, diferentemente, a nível regional. Nos anos que se seguiram assistimos a mudanças a todos os níveis com base na partilha de boas práticas a nível nacional e mesmo internacional, o que operou um trabalho

interserviços, com base em redes de aprendizagem regionais e nacionais muito interessantes.

**JH: Nesse percurso houve inúmeras tensões e barreiras e nem sempre as coisas aconteceram de forma positiva e isso também marcou estas décadas. Quais são os aspetos que destacaria que marcaram negativamente este caminho?**

**JC:** Os desafios têm sido muitos. Eu destacaria, mais do que momentos específicos, aspetos gerais como a desvalorização de conquistas realizadas que necessitavam de ser reconhecidas. A avaliação pouco consistente, pouco crítica e nem sempre objetiva das políticas e das práticas, para que as boas práticas pedagógicas e decisões políticas pudessem ser mais no sentido da consolidação do que se fez e faz bem e de melhoria do que se apresenta como menos bem. Mais do que pressupostas inovações sucessivas, muitas vezes meramente conjunturais e só para responder a calendários político partidários e, ou de lóbis técnicos, económicos e, quantas vezes, pessoais, necessitamos, antes de qualquer mudança, identificar forças e fragilidades, sem culpabilizações e complexos. Às vezes, quem muito fala nas conquistas realizadas, parece desvalorizar essas mesmas conquistas nas decisões que toma. Essa negação que, muitas vezes, é mera “troca de nomes” mantendo-se as entropias. A visão conjuntural e pressupostamente de modernidade, sem atender que algumas ditas inovações são avaliadas negativamente noutros países. Não ter em conta o todo do sistema educativo e normativo, não haver uma visão integrada e integradora. A produção específica de legislação para a inclusão quase, inevitavelmente, foca grupos específicos e não todo do sistema. Isto porque se as realidades das escolas não forem reconhecidas as decisões normativas tenderão sempre a ser motivo de entropia mesmo que, muitas vezes, em nome da inclusão.

**JH: Recentemente, foi aprovada legislação, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, denominado “Regime Jurídico da Educação Inclusiva”. Que análise faz desta legislação e da forma como tem sido implementada e assumida pelo sistema educativo?**

**JC:** Eu fui e sou muito crítico deste diploma legislativo bem como de muitas das alterações introduzidas pela Lei 116/2019 que em alguns casos criou ainda mais confusão no que se refere ao entendimento do pretendido tanto quanto à organização de serviços, como às próprias práticas. Uma lei que permite muitas interpretações não é clara. Nela inscrevem-se de

forma ambígua alguns conceitos e modelos de ação. Para além disso, não se teve em conta a necessidade de “apetrechar” os professores e as escolas com os saberes e os instrumentos necessários e em consonância com os modelos de ação que se defendem, por exemplo o caso do modelo multiníveis. A forma como foram inscritos na legislação e são explorados só aumentaram a burocracia, a confusão e o pouco rigor relativamente à sua implementação.

Os números mostram que o objetivo de diminuir o número de alunos encaminhados para a Educação Especial, tendencialmente não se mantém. Para não me alongar muito com números e dados, lembro as estatísticas do Ministério da Educação, o último estudo do CNE, alguns estudos que vão sendo publicados, como o da FENPROF.

A própria OCDE, no seu relatório de avaliação, refere que este normativo está a ser entendido como mais uma legislação para a Educação Especial, e refere desafios quanto às discrepâncias entre organizações escolares e zonas geográficas, às práticas de colaboração, aos financiamentos, etc. Permitam-me usar uma metáfora: ninguém coloca em causa ou interpreta de diversas formas o código da estrada. Ninguém nega que o sinal STOP obriga a parar, claro que depois alguns condutores poderão parar mais ou menos abruptamente, mas exige-se-lhes que parem. Embora exista liberdade para desenhar as rotundas tendo-se em conta o contexto físico e cultural, ninguém nega as regras da circulação nas mesmas. O Decreto-lei 54/2018, surge porque havia muitas críticas, até internacionais, à legislação anterior, mas a verdade é que algumas das barreiras e entropias mantêm-se e, em alguns casos, até aumentaram.

É crescente a retórica relativamente ao conceito de educação inclusiva. Cada nova legislação é apresentada como “um mundo novo” que movimenta toda uma “máquina”, muitas vezes, com sentido endogâmico. As organizações tendem a responder reativamente, mantendo-se acomodadas. São escassas as escolas que privilegiam as reflexões críticas, objetivas e alicerçadas na realidade. Depois temos interesses que se movimentam, de forma mais ou menos clara, cada vez que se tenta refletir criticamente sobre estas questões. A própria academia tende a denotar comportamentos reativos e de acomodação, sendo mero eco de um discurso formatado. Continuam a predominar processos de avaliação baseados em pressupostos classificativos, a ênfase em modelos de remediação e de “discrepância” e a manutenção de “guetos nas escolas” tantas vezes mimetizando as práticas e os modelos das instituições de Educação Especial.

É premente uma visão abrangente e integradora

do sistema educativo tanto ao nível das políticas, nomeadamente da legislação, como das práticas. É tempo de fazermos um compasso de espera que preveja momentos formais de reflexão que possibilitem a objetividade de decisões. Envolver as escolas, os professores, os assistentes operacionais, os pais, etc. As mudanças devem ter o seu epicentro nas escolas. A mudança deve acontecer da base para o topo, num movimento consistente, reflexivo, crítico e consensualizado. A inclusão nunca acontecerá com base em calendários conjunturais e assentes em “reflexões de capelinha”.

**JH: Os professores de Educação Especial têm visto as suas funções alvo de diversas interpretações e a aplicação do seu estatuto varia mediante os Agrupamentos. Como vê o papel destes docentes e da própria Educação Especial, no apoio específico e na promoção de uma Educação Inclusiva na nova realidade das escolas e como seriam as suas atribuições e formação?**

**JC:** A ambiguidade das funções dos professores de Educação Especial decorre de muitas das contradições que referi anteriormente. Tem havido clara desvalorização de conquistas realizadas nestes 50 anos e do papel de muitos dos seus agentes da “linha da frente”.

As repercussões da forma como é entendida e disponibilizada a formação especializada e contínua, tem impactado negativamente na função dos professores. Parece haver uma crise de identidade profissional.

Em minha opinião não existe contradição entre a assunção de um sistema educativo inclusivo e a ação dos professores de Educação Especial nas escolas, mas a realidade por vezes nega esta minha percepção. As causas são múltiplas: a formação e os discursos retóricos e de circunstância que começam e acabam na legislação, fragilizam as reflexões críticas, verdadeiras alavancas de mudança em contextos concretos, ou seja, nas escolas. Os professores de Educação Especial continuam, em meu entendimento, a ser peça chave, na colaboração em ações de gestão do currículo, de diferenciação pedagógica, na avaliação diferencial de alunos, mas também na avaliação de processos, no trabalho direto e específico com alunos com condições mais complexas, na organização de contextos de maior participação. O trabalho dos professores de Educação Especial tem uma dimensão de ação no todo da escola, como qualquer outro professor, mas não deve negar funções específicas que não se coadunam com a manutenção de “salas gueto” (sem negar a necessidade de algumas escolas terem espaços específicos para determinado tipo de

ações), com explicações a alunos com dificuldades de aprendizagem, etc. Os professores de Educação Especial não podem ser guardadores de alunos de condição física, emocional e comportamental mais complexa. Guardadores e únicos responsáveis por alunos que a escola, na prática, continua a olhar como sendo “alunos com defeito”. Infelizmente, a realidade em muitas escolas, paradoxalmente mesmo em algumas onde os discursos institucionais são sistematicamente adornados com a palavra inclusão.

As comunidades são diversas e as escolas devem refletir e responder à diversidade. As escolas devem ser completas. Escolas onde os papéis dos professores são diferenciados, mas todos são importantes, assim como os assistentes operacionais, os encarregados de educação e até mesmo outros profissionais como os de saúde. Agentes que têm papéis diferen-

**«O Decreto-lei 54/2018, surge porque havia muitas críticas, até internacionais, à legislação anterior, mas a verdade é que algumas das barreiras e entropias mantêm-se e, em alguns casos, até aumentaram»**

tes, mas às vezes funções semelhantes. Tem que haver colaboração entre os diversos professores, entre os diversos profissionais e entre os diversos serviços. A realidade avisa-nos que não é pelo facto de a legislação prescrever a manutenção de uma equipa multidisciplinar que a ação se revela mais multidisciplinar e colaborativa. Nem as práticas assumem cariz pedagógico em detrimento da vertente médica e classificativa ou os processos de avaliação tornam-se mais diferenciais e menos classificativos e com menor pendor de elegibilidade para a Educação Especial. Também não é por a legislação prescrever a possibilidade de Planos de Saúde, que existe mais colaboração e proximidade de trabalho e reflexão com os serviços de saúde.

Não há escola sem alunos, mas também não há sem professores, bem como sem outros agentes educativos. Para que a escola seja mais inclusiva e potencie a participação e equidade, todos os agentes são importantes, em colaboração, na partilha de uma linguagem e princípios comuns. A colaboração é essencial, assim como o é a formação, inicial, contínua e especializada e a reflexão crítica.●

Nota Biográfica





Docentes de Educação Especial (DEE)

# Podemos falar de uma Educação Inclusiva sem o trabalho dos DEE?



**Nelson Santos** | Professor e Doutorando em Educação

**A Educação Inclusiva** (EI) deve ser vista como a realização do direito humano à educação para todas as crianças e jovens. Para alcançar isso, é necessário promover não apenas o acesso, mas também a participação e o sucesso de todos os alunos. Nóvoa (2014) destaca que, embora todas as crianças estejam na escola, nem todas aprendem, o que representa um grande desafio.

A legislação consagra os direitos, mas as práticas ainda encontram muitas barreiras e, na realidade, muitas por subsistirem dificuldades ao nível dos recursos humanos e físicos. Verificamos que ainda existem desafios e um relatório da OCDE (2022) confirma que um desses desafios é que muitas pessoas ainda veem a inclusão como algo restrito a alunos com necessidades específicas. É fundamental

encarmos a diversidade como uma mais-valia (Florian & Spratt, 2013) para que seja abraçada como prática concreta e não como um compromisso secundário (Santos, 2024). Não devemos prender-nos à categorização ou à descrição estigmatizante das perturbações, mas importa evitar generalizações vagas que podem confundir e trivializar um trabalho que precisa ser mais específico e, por que não dizê-lo, especializado (Colôa, 2022).

Indo ao encontro do que acabámos de referir, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) das Nações Unidas (2006) enfatiza a necessidade de apoio individualizado eficaz para que a inclusão seja efetiva. A formação de professores é crucial para desenvolver práticas que respondam à diversidade dos alunos, e o trabalho colaborativo é fundamental. Sabendo que os professores são essenciais para garantirmos sistemas educativos de qualidade, é essencial formar os futuros professores com competências profissionais que os ajudem a desenvolver práticas que respondam à diversidade dos alunos. Mas é igualmente importante que os professores não estejam sozinhos!

Nesse sentido, o papel dos professores de educação especial (DEE) é essencial para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. Estes profissionais devem ter como prioridade apoiar os alunos com um perfil de aprendizagem e comportamental mais complexo, adaptando práticas pedagógicas às suas necessidades específicas. No entanto, estudos da FENPROF (2022; 2025) revelam que muitos alunos não recebem o apoio necessário, sendo destacado a importância dos DEE. O mais recente alerta é que 64% das Escolas afirmam que o número de DEE é insuficiente (FENPROF, 2025), referindo também que faltam assistentes operacionais em número e com formação adequada para trabalhar com alunos com NEE.

Na mesma linha, Kauffman et al. (2022) destacam que a falta de DEE nas escolas contribui para aumentar as desigualdades educativas. Tal como referimos anteriormente, um aspeto a ressaltar é que a colaboração é fundamental para criar contextos que promovam a participação de todos os alunos. No entanto, é necessário que a colaboração seja sistemática entre todos os agentes educativos. A colaboração entre professores e DEE é essencial, mas muitas vezes ocorre de forma informal, o que limita a eficácia (Correia, 2008; Martin & Alborz, 2014).

Um outro aspeto a ter em conta é que a formação especializada dos DEE enfrenta várias dificuldades. Primeiramente, a duração dos cursos, que

## «O papel dos professores de educação especial (DEE) é essencial para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.»

muitas vezes é de apenas seis meses a um ano, é considerada insuficiente para abordar com a profundidade necessária os domínios e áreas de especialização. Além disso, a formação em regime *b-learning* levanta questões sobre a sua eficácia na preparação adequada dos futuros docentes. Importa também referir que a formação é fortemente regulada pelo Estado, o que limita a autonomia das Instituições de Ensino Superior na adaptação dos planos curriculares às necessidades dos professores em formação. Consideramos importante ressaltar a necessidade de uma componente mais prática na formação, que permita experiências de planificação, ensino e avaliação em contextos reais de trabalho.

Outro ponto que merece reflexão é a falta de clareza nas funções dos DEE que pode levar à descaracterização da profissão, resultando num professor generalista sem a especificidade necessária para o apoio direto aos alunos. Essas dificuldades comprometem a capacidade dos DEE de responder eficazmente às necessidades dos alunos e de promover práticas inclusivas nas escolas. É fundamental que os DEE tenham o conhecimento pedagógico e os dados sobre a aprendizagem dos alunos para conceber, em colaboração, as melhores estratégias e avaliar a eficácia de todo o processo, que as estratégias e materiais sejam adaptados para promover a participação de todos os alunos (Vale, 2020; Salvador, 2019).

A EI deve ser baseada em saberes concretos e o trabalho dos DEE deve ser específico, especializado e sobretudo diferenciado. Terminamos reforçando que estes profissionais devem apoiar diretamente os alunos com um perfil de aprendizagem e comportamental mais complexo ajudando-os a participar plenamente em contexto escolar. Sendo que a colaboração entre DEE e todos os outros agentes educativos é fundamental para garantir uma EI equitativa.●

Referências Bibliográficas e Nota Biográficas





# Para quando uma Educação Inclusiva?



Paula Rodrigues | Dirigente SPGL

**Falar de educação inclusiva** é afirmar o direito a uma escola “onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social.” (DL n.º 54/2018, de 6 de julho).

Porém, estes justíssimos princípios confrontam-se com os obstáculos enfrentados por alunos, professores, funcionários e famílias.

Faltam professores de Educação Especial, terapeutas, psicólogos, técnicos de saúde e assistentes operacionais. As turmas estão sobrelotadas e são muito heterogêneas: em cada uma, poderão estar presentes alunos estrangeiros, sem dominarem a língua portuguesa, crianças e jovens com autismo, hiperatividade, dislexia, disortografia, esquizofrenia, dificuldades cognitivas graves e diferentes problemas de cariz emocional, entre outros. Se no Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) não estiver expresso que determinado aluno tem direito a uma turma reduzida (20 alunos), poderá ser integrado num grupo de até 30 alunos, dependendo do ano de escolaridade. As escolas recebem, ainda, alunos

com necessidades específicas de saúde, sem que tenha havido um reforço de técnicos da área, devidamente preparados para o efeito, como enfermeiros e outros terapeutas.

Também equipamentos e materiais pedagógicos são insuficientes, desatualizados e muitas vezes inadequados.

Além disso, faltou um programa sólido de formação para docentes de várias disciplinas e ciclos, bem como para o pessoal não docente. Os docentes das diferentes disciplinas têm os seus horários sobrecarregados e frequentemente não há tempos para um trabalho colaborativo. Por outro lado, com a falta de professores, algumas direções desviam docentes de Educação Especial para outras funções. A inclusão exige compromisso de toda a sociedade, mas não se cumpre com boas intenções ou decretos. É urgente criar uma bolsa de recursos pedagógicos acessíveis a todos, equipar as escolas com meios, equipas multidisciplinares, formação e tempo para uma ação articulada. Só assim a inclusão substituirá a integração e será caminho para uma vida mais justa e digna. ●



### Visita cultural Setúbal

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados organizou uma visita cultural à cidade de Setúbal, no passado dia 3 de abril, em que participaram 44 docentes aposentados.

De manhã foi visitado o museu MAEDS — Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal, inaugurado logo após o 25 de Abril de 1974, principalmente dedicado a pesquisas arqueológicas e ao seu estudo no Sul do país. A visita iniciou-se pela escavação da chamada casa dos mosaicos, contígua ao museu situado na avenida Luísa Todí, que comprova que a cidade romana de Cetobriga foi construída na margem direita do rio Sado, contrariamente aos que afirmavam que ficaria na margem esquerda, na península de Tróia.

Seguidamente, visitaram-se as salas de etnografia e a sala da mostra arqueológica, onde estão expostas algumas peças resultantes das pesquisas efetuadas pelos trabalhadores do museu, num circuito com um cronograma bem definido pelas épocas dos achados e bem explicados em painéis informativos.

O almoço realizou-se na coletividade União Setubalense, onde

os participantes foram bem recebidos por professores aposentados do SPGL que fazem parte da direção desta coletividade.

De tarde visitou-se o Convento de Jesus recentemente restaurado, a sua igreja manuelina e as suas salas de exposições arqueológicas e de artes, principalmente de pinturas medievais.●



### Conversa com Luís Farinha

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados concretizou mais uma sessão no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Para tal, realizou uma Conversa com o Professor Luís Farinha (ex-diretor do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, escritor e investigador), no dia 10 de abril, na sede do SPGL. Foi apresentada, a uma assistência de cerca de 30 pessoas, a obra da URAP, «Lutaram pela Liberdade – Uma História da Resistência à ditadura fascista no Concelho de Mafra». Este livro foi editado para a inauguração do Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos do Concelho de Mafra, em 24 de abril de 2024. O convidado explicitou, com alguns relatos mais pessoais, como o período de 1926 a 1974 foi de luta e resistência no concelho de Mafra. Pela investigação feita até à atualidade houve cerca de 300 antifascistas encarcerados

e torturados pela polícia política, na sua maioria operários, pequenos proprietários e camponeses. Este estudo ainda não está concluído, por existirem dificuldades de investigação. Esta sessão foi complementada com uma exposição de 10 painéis temáticos, reportando fotografias dos presos políticos e acontecimentos marcantes da época do fascismo.●



### Conversa com Marianela Valverde

No âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, realizou-se, dia 30 de abril, na sede do SPGL, uma Conversa com Marianela Valverde, que nos apresentou o filme «Aqueles Que Ficaram (Em Toda a Parte Todo o Mundo Tem)». Um documentário que dá voz àqueles que enfrentaram, em silêncio, as consequências pessoais e sociais, marcantes do regime do Estado Novo, em Portugal. «Aqueles Que Ficaram (Em Toda a Parte Todo o Mundo Tem)» revela os testemunhos emocionantes de familiares de opositores políticos do regime, que tantas vezes, ainda sem idade para compreender ou aceitar, resistiram ao “cárcere” das privações materiais e emocionais, encontrando formas de sobreviver ao regime ditatorial.●

## Testemunhos: Em Abril a Liberdade



No encerramento das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o SPGL e o Departamento dos Professores e Educadores Aposentados realizaram no dia 26 de maio uma sessão de apresentação dos testemunhos de quem viveu o 25 de Abril e de quem assistiu à formação do sindicalismo docente livre. Durante a iniciativa houve oportunidade de conhecer e debater os textos elaborados por colegas que viveram estes 50 anos de liberdade e luta em conjunto, com um ideal comum e a certeza de continuar Abril e lutar pela nossa liberdade, sempre! ●



## Conversa com Inês Melo

Qual a melhor metodologia criativa? De que forma podemos construir um objeto performativo, um espetáculo de Teatro ou um momento de partilha expressiva? No âmbito do projecto «Troca de Saberes», do Departamento de Professores e Educadores Aposentados, no dia 29 de maio, teve lugar a conversa «Texto à Cena (o papel da autoria na criação teatral)», com Inês Melo. ●



## 10.ª Conferência da Inter-Reformados

Realizou-se no passado dia 7 de maio a 10.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN subordinada ao lema «Lutar pelo direito dos trabalhadores a reformas dignas | Reforçar a solidariedade intergeracional», onde o Departamento de Professores e Educadores Aposentados esteve representado por quatro delegados: Isabel Gaspar, José Caçador, José Fontan e Manuel Vasconcelos. Ali foram aprovados os documentos sobre: a Organização Sindical dos Reformados, a Carta Reivindicativa e Reivindicações Imediatas e a Resolução «A situação social dos reformados». Foi ainda eleita a nova direção da Inter-Reformados/CGTP-IN da qual faz parte a delegada Isabel Gaspar. No dia 26 de maio realizou-se a 1.ª reunião da nova direção onde os elementos eleitos tomaram posse e onde foi eleita a Comissão Coordenadora composta por 11 elementos e o seu coordenador Arlindo Costa, do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Ferroviário. A nova Direção desejamos votos de bom trabalho. ●

## Aniversário da USL

SPGL participou no dia 28 de maio, no Auditório do CIUL, em Lisboa, no Encontro-Debate promovido por ocasião do 50.º Aniversário da União dos Sindicatos de Lisboa, sob o lema «50 anos de União, em defesa de Abril! Com a luta dos trabalhadores, construindo futuro!». ●

## Jornadas Pedagógicas Gentrificação e Turistificação em Lisboa / Do Passado ao Presente

Joaquim Carvalho | Dirigente SPGL



No âmbito das Jornadas Pedagógicas, no dia 24 de maio, realizou-se uma visita à cidade de Lisboa, orientados por Luís Mendes, geógrafo e especialista em Estudos Urbanos.

A atividade teve como foco central a análise crítica dos fenómenos de gentrificação e turistificação que vêm marcando, de forma indelével, a capital. A visita percorreu zonas emblemáticas como o Intendente, Martim Moniz, Mouraria, Miradouro das Portas do Sol e Alfama — locais onde se cruzam memórias históricas, diversidade cultural e os impactos mais visíveis das recentes transformações urbanas. Podemos constatar a forma, por demais evidente, como a pressão turística e a especulação imobiliária têm vindo a transformar a paisagem e a sua composição sociológica, expulsando, por exemplo, moradores de longa data, elevando exponencialmente o custo da habitação e convertendo bairros tradicionais em espaços ao serviço do consumo turístico — aquilo que se pode designar como “urbanalização”.

A visita constituiu um momento importante de reflexão crítica sobre como temos tratado o espaço público e as suas implicações no futuro dos que nele habitam. ●



espaço abc

Galeria



Ana Cristina Gouveia | Espaço ABC



## «Caracóis, ondas e outras histórias»

No dia 22 de maio de 2025, pelas 18 horas, foi Inaugurada no Espaço ABC a exposição “Caracóis, ondas e outras histórias”, de Irina Duque, que reúne ilustrações criadas ao longo de dez anos, explorando temas como o mar, os caracóis, a força feminina, os animais e as sereias.

Nas suas próprias palavras: “Cada peça conta uma história visual, inspirada na natureza e na imaginação, refletindo um universo próprio onde figuras e elementos se cruzam de forma harmoniosa”.

Lança-se então o desafio para visitar esta exposição que estará patente até ao dia 3 de julho de 2025. ●



## «SPGL tantos anos como ABRIL»



Este é o título da edição com que se visa assinalar os 50 anos de vida do sindicato, percorrendo, como refere José Costa, presidente do SPGL, “o caminho de meio século do maior sindicato de professores do nosso país. (...) Uma trajetória iniciada por um grupo de docentes a quem, em plena ditadura fascista, não faltou a coragem de ousar reivindicar; mesmo ensombrados pelo perigo da perda dos seus direitos de cidadania.” Uma trajetória retratada através dos registos resultantes de duas exposições que tiveram lugar no cinquentenário do SPGL: a exposição inaugural, “Viagem entre capas e manchetes”; as imagens das obras expostas na “Exposição coletiva e comemorativa”. Esta edição encontra-se disponível também online. ●

CAPA . MANIFESTAÇÃO, DE ANTÓNIO ROQUE  
Edição . SPGL / DIP & Espaço ABC, Maio 2025  
Fotografias . Arquivo SPGL | Joana Rodrigues | José Frade



Edição Online

---

## sugestão

---



### «O 25 de Abril contado às crianças... e aos outros»

Texto de José Jorge Letria

Ilustrações de João Abel Manta

Clube do Autor, Março de 2024

“Todos os anos têm um mês de Abril e todos os meses de Abril têm um dia 25. Porém, o dia 25 de Abril de 1974 foi um dia especial para os portugueses. Porquê?”

Esta é a pergunta introdutória do livro “O 25 de Abril contado às crianças... e aos outros”, com texto de José Jorge Letria e ilustrações de João Abel Manta. A que se segue, de imediato, a resposta - “Porque o País e os seus habitantes voltaram a viver em liberdade, depois de quase 50 anos de tristeza e silêncio”.

Uma resposta que se prende com o próprio *leitmotiv* deste livro: “Para que ninguém esqueça o valor da liberdade”. E que se desdobra em diferentes capítulos que nos falam do que deu origem ao 25 de Abril, e que se conta “a maneira como se vivia em Portugal antes da saída dos militares para a rua, com cravos nos canos das espingardas e uma grande esperança por detrás de cada sorriso”.

E assim se vai falando da guerra, “que terminou logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 e custou a vida a cerca de dez mil portugueses e a um número indeterminado de africanos”. Das palavras proibidas e do lápis azul dos censores. Dos muitos milhares de pessoas que passaram pelas prisões, só “porque pensavam de uma maneira diferente e tinham a coragem de o dizer”. Da emigração, como fuga à miséria, à guerra e à repressão. Do que foi a Mocidade Portuguesa e de como funcionava o poder.

Para finalizar com o “dia que abalou a História”, o dia em que “A liberdade foi uma festa”. E com um apelo: “lembra-te, pelo menos, de que Abril é todos os dias, desde que tu o queiras. Essa é a melhor homenagem que poderás prestar a quem o fez”.●

Lígia Calapez



ISRAELI FORCES  
KILLED AT LEAST  
**17,492 CHILDREN**

from Oct. 7, 2023–Jan. 13, 2025

**OVER 20,000  
CHILDREN ARE  
MISSING**

**88% OF  
SCHOOLS IN  
GAZA HAVE  
BEEN DAMAGED  
OR DESTROYED  
BY ISRAELI FORCES**

**658,000  
CHILDREN HAVE  
NO ACCESS  
TO EDUCATION**

(as of Jan. 8, 2025)



# CUMPRIR O DIREITO À EDUCAÇÃO

Comemorações dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa (1976)



**SPGL**

Sindicato dos Professores  
da Grande Lisboa  
membro da FENPROF

#### Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
spgl@spgl.pt  
Direção: spgl@spgl.pt  
www.spgl.pt

#### Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

#### Direção Regional do Oeste

**Caldas da Rainha**  
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,  
4 B 2500-329  
Caldas da Rainha  
Tel: 262841065

Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt

#### Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol  
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634  
Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

#### Direção Regional de Santarém

**Abrantes**  
Rua S. Domingos - Ed. S.  
Domingos, 3º B 2200-397  
Abrantes

Tel: 241365170  
Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt  
**Santarém**  
Rua Vasco da Gama,  
16 J - 1.º Esq. 2000-232  
Santarém  
Tel: 243305790  
Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt

#### Tomar

Av. Ângela Tamagnini,  
n.º 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196  
Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt

#### Torres Novas

R. Padre Diamantino  
Martins, lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734  
Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

#### Direção Regional de Setúbal

**Setúbal**  
Rua Dr. Alves da Fonseca,  
5 - 2.º 2900-218 Setúbal  
Tel: 265228778  
Fax: 265525935  
setubal@spgl.pt

#### Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40  
- r/c 2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395  
Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt

#### Almada

R. D. Álvaro Abranches da  
Câmara, n.º 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813  
Fax: 212722865  
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

